

Unidade 4

CONTABILIDADE, BENCHMARKING E POLÍTICAS AMBIENTAIS

A unidade quatro mostra primeiramente conceitos de Contabilidade, especificamente, ativos: passivos; receitas e custos ambientais. Após, são verificadas as novas estruturas das Demonstrações Contábeis. Para complementar, apresenta-se o *Benchmarking Ambiental*; *Ecobusiness* e a importância do Sistema de Gestão Ambiental nas empresas.

4.1 ATIVOS E PASSIVOS AMBIENTAIS

A contabilidade ambiental é identificada quando existem dados e registros de eventos ambientais com processamento e geração de informações para auxiliar na tomada de decisão dos gestores (PAIVA, 2003).

O Quadro 4.1 apresenta uma especificação da contabilidade ambiental.

Empresarial	Atuação e desempenho ambiental das empresas.
Gerencial	Apoio à tomada de decisão interna da empresa.
Financeira	Registro das transações que impactam o meio ambiente.

Quadro 4.1 – Especificação da contabilidade ambiental

Fonte: Nasario (2002)

Esta estrutura apresentada por Nasario (2002) serve para implementar uma forma de gestão ambiental. Serve também para auxiliar nas análises quanto às questões sociais, políticas e econômicas.

As especificações mencionadas pelo autor descrevem a “Contabilidade Empresarial” como forma de evidenciar o desempenho ambiental das empresas. Como você já estudou na Unidade 3, pode-se citar o Cálculo da Sustentabilidade como sendo parte da Contabilidade Empresarial. A Contabilidade Gerencial pode ser citada como sendo o Plano resumido de Gestão Ambiental – 5W2H e a Contabilidade Financeira, como as receitas e despesas das transações que impactam o meio ambiente.

Quando surgiu a Contabilidade Ambiental?

Segundo Tinoco e Kraemer (2004):

A Contabilidade Ambiental passou a ter status de novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do “Relatório Financeiro e Con-





tável sobre o passivo e custos ambientais” pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (Isar – United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting).

Assim, os autores descrevem que a Contabilidade ambiental mostrou relevância quando se apresentaram os passivos e custos ambientais, pois sabe-se que a contabilidade é um sistema de mensuração, avaliação e divulgação, com a finalidade de mostrar aos envolvidos as ações e eventos ambientais ocorridos e demonstrados em cada relatório contábil.

4.1.1 ATIVOS AMBIENTAIS

Ativos ambientais são os bens e direitos pertencentes às companhias, que contribuem para a preservação e para o controle das ações benéficas ao meio ambiente.

Neste sentido, Pfitscher (2004) afirma que os ativos entendidos como bens e direitos, no caso de ambientais, são valores que objetivam permitir ao usuário uma informação e uma avaliação das ações Ambientais.

Algumas classificações de ativos ambientais segundo Frey (2001 apud PFITSCHER, 2004):

Estoques: Insumos adicionais ao processo produtivo de armazenamento e transporte para eliminar, reduzir e controlar os níveis de emissão de resíduos ou materiais para recuperação ou reparos de ambientes afetados.

Imobilizado: Investimentos realizados na aquisição de itens que viabilizem a redução de resíduos poluentes durante o processo de obtenção das receitas e cuja vida útil se prolongue além do término do exercício social: máquinas, equipamentos, instalações, etc. empregados no processo de controle ambiental.

Diferido: Despesas claramente relacionadas com receitas futuras de períodos específicos: gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de preservação ambiental que tenham por objetivo a obtenção de receitas futuras.

Provisão para desvalorização: Perda de valor econômico de ativos intangíveis em função de alteração de meio ambiente. Um exemplo pode ser a construção de uma usina nuclear ao lado de áreas urbanas ou industriais.

Depreciação acelerada: Aceleração da depreciação em função da poluição ambiental: um exemplo clássico é o das usinas hidrelétricas, comumente destruidoras do meio ambiente.

4.1.2 PASSIVOS AMBIENTAIS

Os passivos ambientais representam as obrigações, de curto e longo prazo, que visam a extinguir ou amenizar danos causados ao meio ambiente. Ou seja, são obrigações diretamente relacionadas com investimentos na área ambiental.

Com isto, Paiva (2003, p. 32), evidencia, segundo o FASB, três características essenciais de determinado passivo ambiental:

1. Contém uma obrigação ou responsabilidade presente em uma ou mais entidades, prevendo liquidação pela transferência futura provável ou pelo uso de ativos numa data especificada ou determinável, na ocorrência de um evento predeterminado, ou assim que seja solicitada.
2. A obrigação ou responsabilidade compromete dada entidade, permitindo-lhe pouca ou nenhuma liberdade para evitar o sacrifício futuro.
3. O evento ambiental e/ou econômico que determina as obrigações para os gestores da empresa já ocorreu e por isso deve ser contabilizado.

Paiva (2003, p. 34) descreve:

As obrigações decorrentes da relação entre empresa e meio ambiente surgem de várias formas, dentre elas com remediação devido ao não cumprimento da legislação ambiental vigente ou ainda de problemas de manutenção ou falhas humanas relacionados às etapas de produção, potenciais causadores de acidentes.

O referido autor menciona ainda os passivos resultantes da proteção e manutenção do meio ambiente, como também multas e penalidades por infrações legais. Nasario (2002 apud PFITSCHER, 2004) apresenta algumas classificações de passivos ambientais sobre aquisição, despesas e gastos ambientais:

Aquisição: Ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de águas químicas, etc.), insumos que serão inseridos no processo operacional que não produza resíduo tóxico.



Despesa: Manutenção e operação do departamento de gerenciamento ambiental, inclusive mão de obra;

Gasto: Recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão de obra, insumos em geral, etc...); multas por infrações ambientais; danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública, etc.



Você sabe o que são Receitas e Custos ambientais?

4.2 RECEITAS E CUSTOS AMBIENTAIS

“Quando o ser humano pensa no desenvolvimento econômico e tecnológico com centralização básica nos lucros e com menores custos, acaba muitas vezes desconsiderando os custos sociais e ambientais”.

4.2.1 RECEITAS AMBIENTAIS

A gestão ambiental tem por escopo garantir que a empresa mantenha uma política responsável acerca dos problemas ambientais. Tais atitudes podem trazer benefícios econômicos para a entidade, uma vez que a imagem da empresa junto aos consumidores é um fator que afeta a evolução do fluxo de receitas, tendo em vista a considerável conscientização ambiental da sociedade. Também é considerada receita ambiental o ganho de mercado que a empresa obtém pela opinião pública quando do reconhecimento e preferência pelos produtos.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 187) descrevem que as receitas ambientais decorrem de vários serviços e atividades, bem como da diminuição de gastos, ou seja, reduções:

[...] prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de energia; redução do consumo de água e participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Segundo os citados autores, a melhor gestão de resíduos, a economia no uso de materiais por reutilização e reciclagem de resíduos, a própria diminuição de custos de estocagem podem ser considerados receitas ambientais.

“A dimensão do termo receita é ampla em uma empresa. Pode incluir tudo aquilo que provém da atividade desenvolvida pela empresa, seja comércio, indústria, seja prestação de serviços, e é de fácil mensuração [...]” (PFITSCHER; 2008; p. 161).

As receitas ambientais podem vir dos resíduos, das sobras de insumos do processo produtivo (SOUZA, 2001, p. 19). A diminuição de despesas, como exemplo de redução de indenizações, pode também ser reconhecida como receita. Paiva (2003) ressalta ainda a redução de custos operacionais, como menor consumo de matérias-primas.



Você sabe o que são custos ambientais?



4.2.2 CUSTOS AMBIENTAIS

Os rendimentos recebidos podem, no momento, não significar muito; porém, o fato de formularem uma receita futura merece atenção especial. A qualidade ambiental nos produtos faz com que o consumidor compre mais, e isso aumenta a demanda, ocasionando maior lucro para as empresas que utilizam em seus negócios produtos ecológicos.

Os custos ambientais podem ser reconhecidos, independentemente de desembolso (Princípio Contábil da Competência) e serem incorporados ao bem ou serviço que vise à preservação do meio ambiente.

Segundo Pfitscher (2008, p. 162): “Quando o ser humano pensa no desenvolvimento econômico e tecnológico com centralização básica nos lucros e com menores custos, acaba muitas vezes desconsiderando os custos sociais e ambientais”. Existe também outra subdivisão para os custos: ecológicos e meio ambientais.

Os custos podem ser ecológicos e meio ambientais. Os “ecológicos” são aqueles voltados à prevenção, relacionados ainda nas atividades de medição, auditoria e controle. E os meio ambientais, dentro de uma consideração mais nociva à empresa. Enfim, de reposição dos danos ambientais originados por ela. Esses últimos, mais difíceis de mensurar (ALVAREZ, 1995, p. 6).

Em qualquer um dos casos, é positivo para a empresa e necessário para a sociedade, um adequado conhecimento dos custos relacionados com o meio ambiente. Num primeiro momento, pode-se ter mais controle e racionalização. Como consequência disso, há a melhora da competitividade no mercado. (ALVAREZ, 1995, p. 6).

O autor de certa forma relata que os custos ecológicos seriam basicamente para a prevenção, ou seja, para o monitoramento e processo de gestão ambiental. Já os meio ambientais são os decorrentes de problemas futuros, ou seja, aspectos e impactos ambientais que resultaram em multas ambientais podem ser considerados meio ambientais.

Você sabe qual a finalidade do Balanço Patrimonial (BP) e do Balanço Ambiental (BA)?



4.3 NOVAS ESTRUTURAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os investimentos na área do meio ambiente podem ser classificados como títulos contábeis específicos, com identificação dos estoques, ativo permanente imobilizado e diferido; formando, assim, os ativos ambientais. Já os passivos ambientais são contas relacionadas às obrigações com o meio ambiente, podendo ser circulantes ou a longo prazo (PFITSCHER, 2008, p. 43).

O Quadro 4.2 apresenta uma estrutura com Balanço Ambiental.

Veja no Anexo da disciplina, especificamente no Quadro 4.2, como é estruturado o novo Balanço Patrimonial.

O uso racional dos recursos advindos da natureza pode levar crescimento e desenvolvimento às empresas. Um dos passos a ser constituído passa a ser a incorporação do Balanço Ambiental ao Patrimonial, transformando-se numa contabilidade forte para fins de gestão ambiental (PFITSCHER, 2004, p. 44).

No balanço patrimonial proposto apresenta-se a inclusão de contas passíveis de evidenciação ambiental, como por exemplo, no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo foram incluídas contas relacionadas a estoques de insumos ambientais utilizados pela empresa e, também dependendo da organização poderá ainda ter outros bens e direitos classificados nesses grupos de contas. (COSTA, 2002, p. 50).

A conscientização e o comprometimento com o meio ambiente passam a ser evidenciados, mostrando uma mudança de comportamento dentro da empresa. Podem ser esses os primeiros movimentos que tratam de uma política ambiental e auxiliam os procedimentos contábeis ambientais, na função de prevenção (PFITSCHER, 2004, p. 45).



A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) pode ser realizada com base nas contas ambientais e assim ser constituída mais uma demonstração ambiental. O Quadro 4.3 mostra esta outra demonstração:



Veja no Anexo da disciplina, especificamente o Quadro 4.3, como é estruturada a nova DRE.

Através dessa demonstração, podem-se perceber as despesas e os custos com a preservação e controle ambiental existentes, ou seja, é possível verificar a política ambiental da empresa. Vale ressaltar também a possibilidade de visualizarem-se as multas e indenizações ocorridas, os custos e despesas ecológicas, as evidenciações do lucro do período, a distribuição e a devida movimentação ocorrida no saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, e, assim, poderá ser constituída uma nova DLPA (PFITSCHER, 2004, p. 46).

A referida autora relata a “Reserva para Contingências” que tem valorização quando surgem impactos ambientais desagradáveis que podem causar um *déficit* na empresa. Um exemplo pode ser uma perda provável por uma situação catastrófica. Não se pode deixar de descrever a DOAR. O Quadro 4.4 mostra a nova DOAR.

1 ORIGENS DE RECURSOS

Lucro líquido

- (+) Depreciação, amortização e exaustão de itens tradicionais.
- (+) Amortização – gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais.
- (+) Depreciação – bens utilizados no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental.
- (+) Variações de resultados de exercícios futuros.
- (+) Resultado da equivalência patrimonial.
- (+) Multas e indenizações ambientais a longo prazo.

Realização do Capital Social (integralização)

Contribuições para a reserva de capital

Aumento do PELP

- Aquisição de estoques ambientais.
- Empréstimos para investimentos em gestão ambiental.

Redução do ARLP

- Reclassificação de Contas Ambientais para o AC.

Alienação de Investimentos e do Ativo Imobilizado

Venda de bens utilizados no processo de gestão ambiental.		
Dividendos recebidos que não transitaram no resultado do exercício		
2 APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Dividendos distribuídos		
Aquisição de direitos do Ativo Imobilizado		
Aquisição de bens utilizados no processo de gestão ambiental.		
Aumento do Ativo Investimentos		
Aumento do Ativo Diferido		
Gastos efetuados com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias ambientais.		
Aumento do ARLP		
Aquisição de estoques ambientais de longo prazo.		
Redução do PELP		
Reclassificação de contas ambientais para o Passivo Circulante.		
3 AUMENTO OU REDUÇÃO DO CCL		
4 DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CCL		
31.12.XO.....	31.12.X1	Varição
Ativo Circulante		
Passivo Circulante		
Varição do CCL		

Quadro 4.4 – Novas estruturas das Demonstrações Contábeis (DOAR)

Fonte: Costa (2002)

A demonstração das origens e aplicações de recursos apresenta como finalidade ordenar as informações relativas a financiamentos e investimentos da empresa durante o exercício, evidenciando as alterações ocorridas no período (PFITSCHER, 2004, p. 47). Vale ressaltar que os financiamentos estão representados pelas origens de recursos, e os investimentos apresentam as aplicações de recursos, ambos direcionados à sustentabilidade ambiental das empresas.

O item 4.4 apresenta o *Benchmarking* Ambiental.



4.4 BENCHMARKING AMBIENTAL NAS EMPRESAS E ECOBUSINESS E A VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

O *benchmarking* pode ser caracterizado como ferramenta de gestão, adaptado e utilizado pelas diferentes teorias gerenciais aplicadas nas empresas e instituições (MARCHEZE, 2004, p. 45).

A referida autora menciona que os gestores buscam no *benchmarking* um nível de excelência em qualidade e competitividade em relação ao mercado concorrente.

Neste item, você vai conhecer o *Benchmarking Ambiental* e o *Ecobusiness* como um diferencial no mercado para aquelas empresas que possuem um sistema de gestão ambiental.

4.4.1 Benchmarking Ambiental nas empresas

Segundo Pfitscher (2004), **Benchmarking Ambiental** é uma das estratégias utilizadas por algumas empresas para alcançar resultados financeiros satisfatórios oferecidos pelo meio ambiente a fim de acarretar em uma boa imagem perante a sociedade que comercializa seus produtos e serviços.

Conforme Pfitscher (2004, p. 51),

O *Benchmarking Ambiental* pode ser entendido como um processo contínuo e sistêmico de reconhecimento, avaliação e adoção / adaptação dos melhores métodos e práticas utilizados por empresas reconhecidas como líderes no comprometimento com o meio ambiente.

As questões ambientais têm motivado especialistas da área ambiental a assumir um comportamento “reativo” dentro das empresas. Um efeito de reação, na busca de maximização de lucros a curto prazo (ALMEIDA; CAVALCANTI; MELLO, 2002, p. 10). Assim, conhecer o mercado concorrente passa a ser um *benchmarking* necessário.

A Figura 4.1 mostra um exemplo de *Benchmarking*.

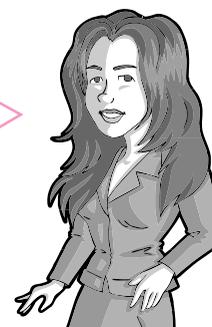


Figura 4.1 – Benchmarking ambiental nas empresas

Fonte: Pfitscher (2004)

A Figura 4.1 mostra uma evidência de *Benchmarking* ambiental em que a empresa beneficiadora resolve trocar suas experiências com a empresa “Fazenda ABC”. Ressaltam-se o cultivo de uma das empresas envolvidas e a forma de comercialização de outra. Assim os gestores poderão ter um crescimento gradativo de seus negócios.

Você sabe o que é **ecobusiness**?



4.4.2 ECOBUSINESS E A VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

A procura por produtos naturais pelo consumidor tem crescido nos últimos tempos. Não se pensa somente em preço de produto e qualidade, mas sim em qualidade e preço ambiental, pois sabe-se que os ecoprodutos – produtos verdes ou *environment friendl* – sinalizam formas mais saudáveis para o ser humano (PFITSCHER, 2004, p. 52).

Desta forma, **ecobusiness** são negócios que envolvem o meio ambiente, ou seja, empresas interessadas na valorização do meio ambiente e no seu crescimento, isto é, obtêm lucros com o meio ambiente saudável.



A Figura 4.2 apresenta uma forma de representação de *ecobusiness*.

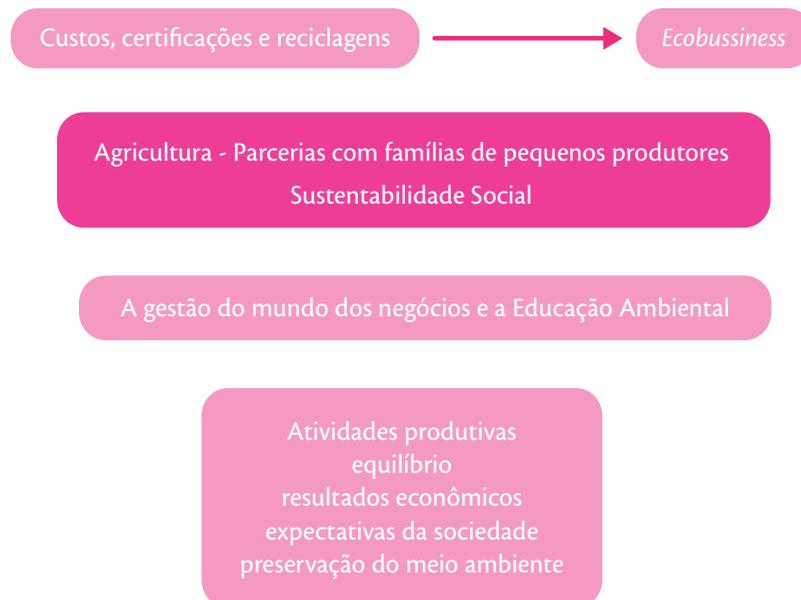


Figura 4.2 – *Ecobusiness* e o Sistema de Gestão Ambiental.

Fonte: Pfitscher (2004)

A Figura 4.2 mostra a estrutura de um *ecobusiness*, em que os custos, certificações e reciclagens estão inseridos na Educação Ambiental (EA). Dessa forma, tem-se o equilíbrio do resultado econômico com o meio ambiente.

As empresas preocupadas em minimizar os conflitos econômicos e políticos, no contexto de DS, harmonização de normas à política ambiental, estruturam-se dentro de alguns fatores (PFITSCHER, 2008, p. 173).

Esses fatores descritos pela autora podem ser as consciências ambientais diferenciais de mercado e as vantagens competitivas que estão inseridos num comprometimento com a natureza e o meio ambiente.



4.5 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)



Com o crescimento dos mercados mundiais, os interessados nas informações financeiras depararam-se com um problema, pois as demonstrações variavam de um país para outro e não havia harmonia na sua elaboração entre os países. Assim, não era possível uma comparação entre empresas de países diferentes. Nesta perspectiva, houve várias discussões acerca do tema, e os mercados estão convergindo para essa nova postura, de demonstrações padronizadas (PFITSCHER; NUNES, 2008, p. 99).

Após esses estudos, surge a Lei nº 11.638 de 2007, e a introdução da DVA tornou-se obrigatória para as sociedades anônimas, após a sua promulgação. Sua função é evidenciar as ações das empresas na sociedade e gerar informações sobre essas atuações aos seus usuários. Assim, os gestores e a sociedade podem conhecer as empresas também na área de Responsabilidade Social.

Neves e Viceconti (2003) conceituam valor adicionado como a representação da riqueza gerada por uma entidade num período determinado. A soma de todos os valores agregados gerados por todos os agentes econômicos representa a riqueza total do país. Com isso, a soma dos valores gerados pelas pessoas físicas, pessoas jurídicas com fins lucrativos, governo, associações, fundações e demais entidades sem fins lucrativos, vai evidenciar a riqueza da nação, que é conhecida como produto interno bruto (PIB), ou seja, é a DVA que fornecerá as informações aos seus usuários.

A DVA tem como objetivo fornecer uma visão bem ampla sobre a real capacidade de gerar riqueza e sua forma de distribuição entre os diversos fatores de produção (trabalho, capital próprio, capital de terceiros e governo) Neves e Viceconti (2003).

Existem países que procuram saber o quanto a empresa pode gerar e agregar valores, para que possam investir nela. É interessante para esses países que a empresa gere valor, e esses buscam saber de que forma é distribuída essa riqueza; identificam quanto pertence aos sócios, e quanto aos investidores, empregados e governo (PFITSCHER; NUNES, 2008, p. 107).



O Quadro 4.5 mostra um modelo de DVA.

RECEITA OPERACIONAL	800.000,00	
(-) CMV	(650.000,00)	
VALOR ADICIONADO BRUTO GERADO NAS OPERAÇÕES	150.000,00	
(-) DEPRECIAÇÃO	(10.000,00)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	140.000,00	
(+) RECEITA FINANCEIRA		
VALOR ADICIONADO	10.000,00	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	150.000,00	100%
EMPREGADOS	(90.000,00)	60%
JUROS	(30.000,00)	20%
DIVIDENDOS	(14.000,00)	9,33%
IMPOSTOS	(6.000,00)	4%
OUTROS	-x-	0%
LUCRO REINVESTIDO	(10.000,00)	6%

Quadro 4.5 – Modelo de DVA

Fonte: Pfitscher (2008)

Neves e Viceconti (2003) ressaltam alguns motivos que levaram à necessidade de elaboração de uma DVA:

- A Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas fatores relacionados à riqueza que está vinculada ao lucro da empresa, não identificando outros fatores e demais geradores de riquezas.
- As demonstrações que compreendem fatores financeiros não são capazes de identificar a quantidade de valor agregado no produto final da empresa.
- As demais demonstrações não identificam como é distribuída a riqueza gerada pela empresa, e como foram criadas.

O valor de venda do produto menos o valor pago a terceiros por insumos na produção desses produtos, mercadorias ou serviços, representa a riqueza gerada na empresa, e isso deve ocorrer em cada uma delas, pois, como exemplo, os fornecedores de insumos já geraram valor no produto por eles produzido e vendido (PFITSCHER; NUNES, 2008, p. 108).

O exemplo mostrado no Quadro 4.5 evidencia uma porcentagem maior destinada aos “empregados”, de 60%; seguida de “juros” em 20% e dividendos em 9.33%. Assim devem ser analisadas todas as contas da DVA e deve-se mostrar aos gestores “pontos relevantes para correção”, ou seja, a justificativa das contas com maior envolvimento.

RESUMO DA UNIDADE

Nesta quarta unidade, foram abordados conceitos básicos da contabilidade ambiental. Você pode verificar que a empresa apresenta passivo e ativo ambiental. Os ativos ambientais visam a permitir ao usuário uma informação e uma avaliação das ações ambientais, ou seja, são todos os bens e direitos ambientais. Passivos ambientais são as obrigações exigíveis e não exigíveis que pela análise destes podem se extinguir ou amenizar danos causados ao meio ambiente pelas entidades. Assim, como na contabilidade comercial, a empresa pode gerar custos e receitas através da gestão ambiental. Apresenta-se como são incluídas as informações nas demonstrações contábeis através do tópico “Novas estruturas das demonstrações contábeis”. Uma das estratégias utilizadas por algumas empresas para alcançar resultado financeiro satisfatório oferecido pelo meio ambiente é o chamado *Benchmarking Ambiental* que tem por objetivo a aplicação das melhores técnicas para alcançar um bom comprometimento com o meio ambiente. A atenção à qualidade ambiental do produto vem se destacando mais a cada dia no mercado consumidor; a consciência ambiental torna-se um diferencial de mercado e vantagens competitivas estão inseridas num comprometimento com a natureza e o meio ambiente. As empresas vêm buscando se estruturar dentro desta realidade apresentada. Ao final da unidade, apresentam-se a DVA, uma ferramenta que apresenta a riqueza gerada pela empresa, e a forma como ela distribui esse montante nas várias áreas da sociedade (empregados, governo e capital próprio). Até agora, você já leu e entendeu as unidades 1, 2 e 3. Ressalta-se mais uma vez a importância de sua participação nos fóruns e da atenta leitura nas referências mostradas no “Saiba mais”. Não esqueça, você é um pesquisador, está conhecendo assuntos novos e deve aprimorar seu conhecimento. Neste sentido, não deixe de pesquisar. Execute a sua atividade de aprendizagem e envie-a ao tutor para avaliação.

Lembre-se você é parte permanente do processo.

Bom estudo!



SAIBA MAIS

A contabilidade é um instrumento de informação aos gestores e a todos os stakeholders. Para um melhor acompanhamento do assunto, será importante que, além desta apostila, você utilize as mídias do ensino a distância (internet, videoconferência e livros sobre o assunto). Neste sentido, você, como pesquisador, deve evidenciar esta função da contabilidade, analisar as demonstrações contábeis apresentadas e verificar a situação atual das empresas. Para isso, abaixo citam-se algumas referências para você ler e estudar. Não esqueça, faça uma análise criteriosa e conheça efetivamente o assunto.

COSTA, R. A contribuição da ciência para a preservação do meio ambiente. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

NASARIO, L. Contabilidade ambiental: A preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas Demonstrações Contábeis publicadas no Brasil. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Orientação José Alonso Borba.

PFITSCHER, E. D. Contabilidade e responsabilidade social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. (Apostila do Ensino Presencial).

PFITSCHER, E. D.; NUNES J. P. de O. Contabilidade e Análise de balanço I. Florianópolis: UFSC, 2008. (Apostila do Ensino a distância do curso de ciências econômicas).

PFITSCHER, E. D. Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

 **ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM – 4**

- 1) Você acredita que as ações voltadas à área ambiental influenciam na evolução financeira da entidade? Justifique e identifique pelo menos três exemplos de ativos ambientais, e três exemplos de passivos ambientais e, ainda, explique como o **Benchmarking** ambiental pode assessorar os gestores das empresas.

- 2) Segundo Groenewegen (2004, p. 353 apud MACHADO FILHO, 2006, p. 75): “Governança Corporativa diz respeito ao controle dos recursos das empresas. Governança diz respeito às instituições que influenciam como as corporações alocam recursos e retornos”. Cientes do enunciado descrito pelos autores e de que a DVA tem como objetivo fornecer uma visão ampla sobre a capacidade de gerar riqueza, neste sentido mostrando a ligação com a Governança Corporativa, pede-se:
 - a) Explique o objetivo da DVA
 - b) Estruture com os dados abaixo uma DVA

RECEITA OPERACIONAL	900.000,00
(-) CMV	(750.000,00)
VALOR ADICIONADO BRUTO GERADO NAS OPERAÇÕES
(-) DEPRECIAÇÃO	9.000,00
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	
(+) RECEITA FINANCEIRA	
VALOR ADICIONADO	11.000,00
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
EMPREGADOS	(75.000,00)
JUROS	(25.000,00)
DIVIDENDOS	(15.000,00)
IMPOSTOS	(5.000,00)
OUTROS	-x-
LUCRO REINVESTIDO

- c) Analise a DVA estruturada.





REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. de; CAVALCANTI, Y.; MELLO; C. dos S. **Gestão Ambiental: Planejamento, Avaliação, Implantação, Operação e Verificação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.

ALVAREZ, J. L. La Apuesta Estrategica De La Gestion Contable Medioambiental. **Diário Cinco Dias**, 29 Jun. 1995.

CAMPOS, L. M. de S. et al. O processo de gestão dos custos da qualidade ambiental. **Revista Brasileira de Custos**. São Leopoldo, v. 1, n. 1, maio/ago. 1999.

COSTA, R. **A contribuição da ciência para a preservação do meio ambiente**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MARCHEZE, N. M. **Benchmarking para cursos de nível superior: Uma aplicação no curso de química industrial da Univille – Santa Catarina**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

NASARIO, L. **Contabilidade ambiental: A preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas Demonstrações Contábeis publicadas no Brasil**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Orientação José Alonso Borba.

NEVES, S. das; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Frase Editora, 2003.

PAIVA, R. P. de. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

PFITSCHER, E. D. **Contabilidade e responsabilidade social**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. (Apostila do Ensino Presencial).

PFITSCHER, E. D.; NUNES J. P. de O. **Contabilidade e Análise de balanço I**. Florianópolis: UFSC, 2008. (Apostila do Ensino a distância do curso de ciências econômicas).

PFITSCHER, E. D. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico**. 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –

Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RAUPP, E. H. Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. **Revista de Contabilidade**, São Paulo, 2002.

SILVA, C. B. da. **A responsabilidade socioambiental analisada em uma rede de supermercados com auxílio do sicogea**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOUZA, M. F. **Contabilidade Ambiental**: Um estudo sobre sua importância e aplicabilidade em empresas brasileiras. Trabalho de iniciação científica, apresentado pelo Grupo de Estudos e pesquisas em Contabilidade. Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2001.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

